

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.753 - DF (2018/0341818-4)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : HOSPITAL SANTA LUCIA S/A**  
**ADVOGADO : TERENCE ZVEITER - DF011717**  
**AGRAVADO : RA MALCOTTI ASSESSORIA LTDA**  
**ADVOGADOS : CELSO LUIZ BRAGA DE LEMOS - DF017338**  
**JOSE ROBERTO DE ABREU DIAS - DF012746**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por HOSPITAL SANTA LUCIA S.A., em face de decisão que negou seguimento ao apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja ementa se reproduz:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO ART. 206, § 5º, II, DO CÓDIGO CIVIL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO ENQUADRAMENTO COMO PROFISSIONAL LIBERAL. AUSÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS COMUNS DAS PROFISSÕES LIBERAIS.

1. A prescrição da pretensão de cobrança de serviços especializados para desenvolvimento de atividades de análise e acompanhamento de processo de regularização da área construída pela apelada no SHLS, por não se enquadrar na categoria de profissional liberal, atrai a incidência da regra geral do art. 205 do CC (dez anos).
2. A regra especial do artigo 206, § 5º, II, do CC (cinco anos) tem interpretação é regra especial, devendo ser interpretada restritivamente, regulando apenas prazo de prescrição da pretensão dos serviços prestados por profissionais liberais .
3. Considera-se profissional liberal aquela pessoa que, possuindo uma formação universitária ou técnica, exerce uma profissão regulamentada por uma ordem ou conselho profissional, que possui exclusividade e responsabilidade legal no exercício da atividade. Este profissional presta serviços de forma pessoal, sem vínculo empregatício ou subordinação hierárquica.
4. Afastada a condição de profissional liberal do prestador de serviços, incide a regra geral da prescrição decenal (art. 205 do CC).
5. Apelação provida. (fl. 205-206)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a Instituição bancária alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 489, §1º, I a IV e 1.022, I e II, Parágrafo Único, do CPC/2015, aduzindo a existência de omissões no acórdão recorrido; arts. 141, 492, 1.003 e 1.013, do CPC/2015, defendendo a nulidade do feito, por ofensa aos princípios da adstrição e da devolutividade recursal; arts. 205, 206, §5º, I e II, e 598, do Código Civil, insurgindo-se contra o afastamento da prescrição quinquenal, bem como contra reconhecimento da natureza técnica dos serviços prestado da sociedade empresária/recorrida. É o breve relatório.

DECIDO.

2. De início, não há falar em qualquer violação ao art. 1.022 do CPC/2015, haja vista que a ofensa somente ocorre quando o acórdão deixa de pronunciar-se sobre questão jurídica ou fato relevante para o julgamento da causa. A finalidade dos embargos de declaração é complementar o acórdão quando nele identificar omissão, ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridade, contradição ou erro material.

Na espécie, a Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. Destaco que se a decisão combatida não correspondeu à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1608804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

3. Também não se verifica, no caso, a alegada vulneração do art. 489 do

CPC/2015, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

Nota-se que, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, a Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.717/98. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Afasta-se a ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1220599/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)

4. Em outro passo, o acórdão estadual ao afastar a prescrição quinquenal defendida pela agravante, bem como o não reconhecimento do serviço prestado pela sociedade empresária, no conceito de profissão liberal, teceu a seguinte fundamentação:

O Juízo de Primeiro Grau, afastando a tese da prescrição decenal defendida pela apelante, aplicou o disposto no art. 206, §5º, inciso II, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

(...)

§ 5 Em cinco anos:

(...)

II - a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;

A apelante sustenta que deve ser observado o prazo prescricional do art.205, do Código Civil, consistente na regra geral do prazo prescricional:

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Para a solução da controvérsia resta verificar se a atividade exercida pelo apelante se enquadra no conceito de profissão liberal.

**O art. 966, do Código Civil traz o conceito de empresário:**

**Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.**

**O seu parágrafo único, afirma que não são empresários aqueles que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores. Profissional liberal é aquela pessoa que possuindo uma formação universitária ou técnica, exerce uma profissão regulamentada por uma ordem ou conselho profissional, que possui exclusividade e responsabilidade legal no exercício da atividade. Este profissional presta serviços de forma pessoal, sem vínculo empregatício ou subordinação hierárquica.**

Nesse sentido, trago lição de Marlon Tomazette:

Embora tais atividades também sejam econômicas, isto é, também produzam novas riquezas, é certo que seu tratamento não deve ser dado pelo direito empresarial.

Essa exclusão decorre do papel secundário que a organização assume nessas atividades<sup>18</sup> e não apenas de um caráter histórico e sociológico. Nelas o essencial é a atividade pessoal, o que não se coaduna com o conceito de empresário. As atividades intelectuais são prestadas de forma pessoal e, mesmo com a concorrência de auxiliares, há uma relação de confiança com quem desenvolve a atividade.<sup>20</sup> Não há como negar a organização que hoje permeia as atividades intelectuais, mas é certo que essa organização não assume papel preponderante – ainda que se recorra ao uso de auxiliares, o personalismo prevalece, no sentido da assunção pessoal do resultado da atividade.

Em função disso, chegou-se ao Enunciado 194 da III Jornada de Direito Civil promovida pelo CJF, que afirma que “Os profissionais liberais não são considerados empresários, salvo se a organização dos fatores da produção for mais importante que a atividade pessoal desenvolvida”.

O Estatuto da Confederação Nacional das Profissões Liberais traz em seu art. 1º, §2º o conceito de profissional liberal:

§2º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se profissional liberal aquele legalmente habilitado a prestar serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente do vínculo da prestação de serviço.

O Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, em voto proferido no recurso especial n. 1.546.114/ES, de sua relatoria, enfrentou questão semelhante a aqui tratada e para melhor esclarecer o caso, enumerou as características comuns das profissões liberais:

Dessa forma, guardadas as peculiaridades de cada atividade, podem-se apontar as características comuns das profissões liberais:

- (i) prestação de serviço técnico ou científico especializados;
- (ii) formação técnica especializada, normalmente, em nível universitário;
- (iii) vínculo de confiança com o cliente ("intuitu personae");
- (iv) ausência de vínculo de subordinação com o cliente ou com terceiro;
- (v) exercício permanente da profissão

O Juízo de Primeiro Grau fundamentou o enquadramento do apelante como profissional liberal da seguinte maneira:

"Considera-se profissional liberal aquele que celebra contrato de prestação de serviço, agindo com autonomia, em razão de suas qualificações pessoais, técnicas ou científicas. A esse respeito, Nestor

Duarte observa que “embora a lei se refira aos profissionais liberais, não se podem desconhecer as sociedades por estes formadas (art. 15 da Lei nº 8.906/94), que, na verdade, constituem o modo de organizar o trabalho, em regra de natureza personalíssima, de sorte que mesmo para as sociedades de profissionais liberais o prazo prescricional é o mesmo” (DUARTE, Nestor. In: PELUSO, Cezar (Coord.), Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. 7ª ed. Barueri/SP: Manole, 2013, pp. 161/162).

A relação estabelecida entre as partes consubstancia nítida prestação de serviços realizada por profissional liberal. Considerados os fatos narrados na inicial, tem-se que a requerida contratou a parte requerente em razão de suas qualificações pessoais, para auxiliar nos trâmites burocráticos relativos à regularização de obra perante a Administração Pública Distrital. Incide, portanto, a prescrição quinquenal."

**O fato de o apelado ter contratado a apelante em razão de suas qualificações pessoais, por si só, não permite enquadrar a apelante como profissional liberal, pois outros elementos devem estar presentes. O profissional liberal necessita de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida, formação essa advinda de estudos e de conhecimentos técnicos e científicos. Como exemplos cito os médicos, advogados, odontologistas, engenheiros, economistas, administradores, nutricionistas, psicólogos, arquitetos, corretores de imóveis, tradutores, fisioterapeutas e etc.**

A apelante, segundo consta no documento ID 3175639, foi contratada para prestação de serviços especializados para desenvolvimento de atividades de análise e acompanhamento de processo de regularização da área construída pela apelada no SHLS, e segundo descrição da própria apelante, foi contratada para serviços de sensibilização do meio político/administrativo/institucional em prol dos interesses do apelado.

**Do contrato social da empresa apelante retira-se o seu objeto social, estando previsto, nestes termos:**

**assessoria empresarial, planejamento estratégico, relações governamentais, representações comerciais.**

Os serviços prestados pela empresa apelante não necessariamente necessitam de especialização técnica ou científica e formação técnica especializada em nível universitário, não podendo ser aplicado o prazo prescricional do art. 206, §5º, inciso II, do Código Civil.

A prescrição da pretensão de cobrança de serviços especializados para desenvolvimento de atividades de análise e acompanhamento de processo de regularização da área construída pela apelada no SHLS, por não se enquadrar na categoria de profissional liberal, atrai a incidência da regra geral do art. 205 do CC (dez anos).

O contrato foi celebrado pelas partes em 10.03.2007, por meio da memória de reunião (ID 3205552). A conclusão do serviço prestado se deu com a expedição do alvará de construção n. 111/2010, em 11.09.2010. A presente demanda foi ajuizada em 24.03.2017 (ID 3205544). A prescrição não se operou, motivo pelo qual deverá ser afastada. (fl. 213-214)

À vista do explanado, a análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas como pretende o recorrente,

demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SERVIÇOS. MECÂNICO DE AUTOMÓVEL. NÃO ENQUADRAMENTO COMO PROFISSIONAL LIBERAL, MAS COMO AUTÔNOMO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO CONTRATANTE DO SERVIÇO. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULAS 07 E 211/STJ.

1 - Ação de cobrança de serviços de mecânica de automóvel prestados em junho de 2003, sendo a demanda proposta em fevereiro de 2010.

2 - A prescrição da pretensão de cobrança de serviço de conserto de veículo por mecânico autônomo, por não se enquadrar na categoria de profissional liberal, atrai a incidência da regra geral do art. 205 do CC (dez anos).

3 - A regra especial do inciso II do parágrafo 5º do artigo 206 do CC (cinco anos) tem interpretação restritiva, regulando apenas prazo de prescrição dos serviços prestados por profissionais liberais.

4 - Considera-se profissional liberal aquela pessoa que exerce atividade especializada de prestação de serviço de natureza predominantemente intelectual e técnica.

5 - Afastada pelo Tribunal de origem a condição de profissional liberal do prestador de serviços como mecânico autônomo, incide a regra geral da prescrição decenal (art. 205 do CC).

**6 - Legitimidade passiva do diretor de empresa que contrata diretamente os serviços de conserto de veículo de propriedade da pessoa jurídica, em especial, no caso concreto, em que se trata de mecânico autônomo. Súmulas 211 e 07/STJ.**

7 - Inocorrência de cerceamento de defesa. Sendo o juízo o destinatário da prova (art. 130 e 131 do CPC), deve ele avaliar a sua necessidade, considerando, inclusive, ter sido apresentada intempestivamente a contestação.

8 - Incontrovertidos a realização do contrato verbal de prestação de serviço e o inadimplemento da obrigação de pagamento do preço, desnecessária dilação probatória para o desfecho da lide. Súmula 07/STJ.

9 - RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 1.546.114/ES, TERCEIRA TURMA, relator o em. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 23/11/2015)

6. No que tange à alegada supressão de instância, bem como ao princípio da adstrição, também não merece acolhida a pretensão recursal. Isso porque, o Tribunal estadual ao dar provimento ao recurso de apelação da parte agravada, consignou:

Há de se registrar, contudo, que se deve apurar como e quando ocorreram os serviços prestados pela apelante, o que depende de melhor instrução probatória, a ser realizada no Juízo de Primeiro Grau.

Ante o exposto, dou provimento à apelação do autor, a fim de reformar a sentença e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para a regular tramitação do feito. (fl. 214)

Nesse aspecto, evidencia-se, de forma indubitável que as razões declinadas no agravo em recurso especial encontram-se sem relação lógica com os fundamentos do acórdão recorrido, o que configura deficiência insanável em sua fundamentação e atrai a inteligência das Súmulas 283 e 284/STF.

7. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

